

# O GÊNERO *CRÍTICA DE MÍDIA* E SUAS RELAÇÕES DIALÓGICAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO JORNALISTA

## *The media critics genre and its dialogic relations in the process of the formation of the journalist*

Neil Armstrong Franco de Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo, à luz dos conceitos bakhtinianos de dialogismo e gênero discursivo, analisa uma situação concreta de produção textual, em que alunos-jornalistas utilizam o gênero *crítica de mídia* e obtêm reações-reposta aos comentários dirigidos a um jornal diário. As relações dialógicas estabelecidas pela crítica de mídia constituíram-se como prova de que há um espaço de conflito entre diferentes vozes sociais e discursivas, e que se julga tão necessário para a formação do profissional em jornalismo. Para chegarmos a esse resultado, analisamos enunciados dos sujeitos envolvidos na trama comunicativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** formação do jornalista; gênero crítica de mídia; dialogismo; reações-reposta

**ABSTRACT:** Following bakhtinian concepts of dialogism and discourse genre, this paper analyzes a concrete situation of text production in which journalism students use the genre media critics and receive response-reactions to the comments directed to a daily newspaper. The dialogic relations established by media critics have become a proof that there is a space of conflict between different social and discursive voices. We consider this space necessary for the professional development of a good journalist. In order to achieve this result, we have analyzed utterances produced by the subjects involved in the communicative situation.

**KEY-WORDS:** journalist formation; media critics genre; dialogism; answer-reactions.

### Introdução

A discussão que segue nasceu de nossa experiência com o ensino de Linguística e Língua Portuguesa em curso de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, e também fez parte de investigação sobre a apropriação dos gêneros discursivos por acadêmicos de jornalismo.

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam). Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); e-mail: [nafoliv@gmail.com](mailto:nafoliv@gmail.com).

O foco do artigo é o gênero discursivo jornalístico *crítica de mídia*, cujo objetivo é expressar a opinião do agente-produtor sobre episódio que envolva a mídia, a partir de um procedimento metadiscursivo e dialógico, geralmente, no que diz respeito à cobertura jornalística. Trata-se de espécie de texto a partir do qual o aprendiz de jornalista tem a oportunidade de refletir sobre o fazer jornalístico. O gênero tem sua produção, circulação e recepção bastante restritas, quase exclusivamente pertencendo ao universo acadêmico, dentro do rol dos já consagrados gêneros do jornalismo: notícia, reportagem, entrevista, editorial, artigo de opinião etc. e que fazem parte da formação do aluno-jornalista. A fim de ilustrarmos nossa reflexão, recorreremos a um episódio que extrapolou os limites da sala de aula, quando alunos-jornalistas obtiveram resposta de um diretor de jornal impresso, após o veículo ter sido alvo de crítica de mídia, em uma das edições do jornal-laboratório, ferramenta didático-pedagógica de uma das disciplinas da matriz curricular do curso. Para a análise do episódio, recorreremos aos conceitos de Bakhtin, *dialogismo* e *gêneros discursivos*, visando ao processo interacional e discursivo que envolveu a situação deflagrada por texto produzido por futuros jornalistas.

### 1. O princípio dialógico de Bakhtin

Adotar por filiação teórica a concepção bakhtiniana de linguagem como interação significa automaticamente aludir a um dos seus pressupostos mais importantes: o dialogismo. Sua teoria enunciativo-discursiva fundamenta-se na oposição que faz aos paradigmas tradicionais – o objetivismo abstrato e o subjetivismo idealista. Bakhtin e seu Círculo encaram a língua de maneira diferente das duas correntes vigentes na época. Do tratamento como sistema abstrato, ideal e fechado em si mesma, sem nenhuma relação com o entorno social, a língua é vista, por esse grupo, como algo que se concretiza pela interação, no diálogo entre os interlocutores. Faraco (2006), ao explicitar as relações dialógicas na concepção de Bakhtin e do Círculo, defende a ideia de que qualquer material linguístico ou semiótico, em uma determinada esfera da linguagem, acaba por se transformar em enunciado, fixando a posição de um sujeito social. Para o autor, essas relações não devem ser entendidas somente como conjunto de vozes sociais que convergem para o entendimento entre os interlocutores.

Essas relações não apontam apenas na direção de consonâncias, mas também das multissonâncias e dissonâncias. Delas pode resultar tanto a convergência, o acordo, a adesão, o mútuo complemento, a fusão, quanto

à divergência, o desacordo, o embate, o questionamento, a recusa. (FARACO, 2006, p. 66).

Assim, não mais a frase ou a oração interessam, passando o enfoque à enunciação, no processo de interação dos sujeitos falantes, nos diferentes contextos, do imediato ao mais amplo. Essa enunciação tem por característica ser dialógica, mas não necessariamente na concepção de diálogo em tempo real, em uma situação de conversação, a partir de situação de réplicas ou respostas imediatas. Quando se fala em enunciação nessa perspectiva, fala-se também em enunciados distantes no tempo e no espaço, como as obras científicas e literárias, que podem ter seus sentidos recuperados nas mais diversas relações dialógicas. Para Bakhtin,

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra ‘diálogo’ num sentido mais amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. (BAKHTIN, 1992, p.123).

Dessa forma, em toda extensão de sua obra, Bakhtin irá mostrar que o interesse de seus estudos não está centrado em análises linguísticas, no sentido de língua enquanto sistema, e sim nas relações dialógicas, no plano do discurso, isto é, ao ultrapassar a fronteira dos estudos linguísticos estruturalistas, o autor não desconsidera o aspecto lógico-semântico da comunicação, mas destaca, sobretudo, que o funcionamento da linguagem se dá numa dimensão dialógica que envolve o verbal e o extraverbal. O diálogo, portanto, não pode ter seus sentidos reduzidos a interpretações limitadas e individualistas. Pelo contrário, abre-se ao compartilhamento com o outro, no que chama de atitude responsiva ativa, a partir da expectativa que o sujeito enunciador cria em relação ao seu interlocutor, esperando deste uma resposta ao que foi enunciado.

O próprio falante está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas duble o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc. (BAKHTIN, 2003, p.272).

Encontramos em Amorim (2004) uma leitura bastante pertinente quanto ao caráter dialógico da linguagem. Ao tratar da enunciação, recorrendo a Benveniste e ao próprio Bakhtin<sup>2</sup>, em trabalho sobre o papel do sujeito pesquisador nas Ciências Humanas, a autora procura marcar a diferença entre comunicação e linguagem. Comunicar, no seu entendimento, significa reagir de maneira uniforme a sinais emitidos, sem necessariamente responder a eles. Já para haver linguagem, pressupõe-se o diálogo. No pensamento bakhtiniano, chega-se ao conceito de *alteridade*. “Falar é falar a outros que falam e que, portanto, respondem” (AMORIM, 2004, p.95). Ainda sobre a enunciação, a autora aponta outra característica da linguagem, a citação. É inerente ao homem a reprodução daquilo que ouve, não necessariamente do que vê. E, na leitura dos dois teóricos supracitados, Amorim chega à constatação de que

A alteridade sob a forma do diálogo e da citação é pois o traço fundamental da linguagem. Não há linguagem sem que haja um outro a quem eu falo e que é ele próprio falante/respondente; também não há linguagem sem a possibilidade de falar do que um outro disse. (AMORIM, 2004, p.97).

Nessa perspectiva, o sujeito se constrói discursivamente na relação direta que mantém com o seu outro e na reação-resposta a uma dada manifestação discursiva. Assim, o outro, para o princípio dialógico, “não é somente o interlocutor imediato ou virtual. É muito mais. O outro projeta-se a partir de discursos variados (passados, atuais, presumidos)” (DI FANTI, 2003, p.98). Esses discursos acontecem a partir dos enunciados concretos e são modelados respeitando as características das esferas de linguagem de onde procedem, isto é, na práxis humana, não se fala por meio de frases ou orações, e sim por formas específicas de comunicação, os chamados *gêneros discursivos*, e que atendem às necessidades dos sujeitos em interação, dentro de um campo da linguagem.

## 2. Gêneros discursivos na perspectiva bakhtiniana

Ao estudioso da literatura, a palavra *gênero* não chega a representar nenhuma novidade. Dos antigos gregos ao dias de hoje, fala-se nos gêneros épico, lírico e dramático. Num sentido mais

---

<sup>2</sup> Vale destacar que Amorim é só mais um dos pesquisadores que travam um paralelo entre Benveniste e Bakhtin quanto ao sujeito do discurso. Authier-Revuz (1982) traz para as discussões da análise do discurso a noção de heterogeneidade discursiva baseada na concepção do duplo dialogismo de Bakhtin.

amplo, tem-se, com frequência, o uso da palavra para aludir a algumas manifestações textuais de determinados campos da linguagem, por exemplo, o do jornalismo, mais especificamente o impresso, com seus conhecidos e consagrados gêneros: a notícia, a reportagem, o editorial, o artigo de opinião, a entrevista, entre outros. Recentemente, o assunto tem sido objeto de estudo de pesquisadores na área da educação e do ensino de língua materna, sobretudo, a partir da perspectiva bakhtiniana, reforçada em documentos oficiais, como os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais). Bakhtin mesmo não trata explicitamente sobre o ensino a partir dos gêneros, mas em toda sua obra há referências diretas e indiretas às “formas relativamente estáveis de enunciados”, e que há pelo menos uma década e meia tem sido objeto de leitura de estudiosos brasileiros para uma tentativa de mudança de postura didático-pedagógica a respeito do tratamento dos textos nas aulas de Língua Portuguesa.

Segundo Bakhtin (2003), os textos produzidos nas diversas situações comunicativas, sejam eles orais ou escritos, possuem características próprias que os definem e os distinguem. O autor russo compreende que a produção dos sentidos em uma determinada sociedade está gravada em um repertório de discursos do qual as pessoas se utilizam para a interação com o outro, a que ele denomina de *gêneros de discursos*, e que se caracterizam pelos conteúdos e pelas formas linguísticas que empregam e pela articulação específica do tema, construção composicional e estilo.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gênero do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 2003, p.262).

Como podemos ver, os vários grupos sociais possuem suas formas de enunciados proferidos por seus integrantes para atender a finalidades específicas, e como apontamos em outro trabalho, o campo “como espaço de reflexão e até de refração dos diversos enunciados” acaba por condicionar a elaboração do conteúdo temático e o tratamento do objeto discursivo, no diálogo entre os sujeitos de uma organização social. E é no próprio campo que se ligam indissolavelmente os diversos gêneros discursivos que entram na dinâmica das relações dialógicas.

A partir daí, passamos a pensar no nosso objeto de discussão, um dos gêneros discursivos que compõem a formação do jornalista, do curso que investigamos em nossa pesquisa. E de como

se dão as relações dialógicas a partir do gênero, na relação dos alunos em formação e o público leitor de um jornal-laboratório, como se verá adiante.

### 3. O gênero crítica de mídia e a formação do jornalista

Desde os anos 1970, os cursos de Jornalismo, no Brasil, sofreram profundas transformações, sobretudo no que diz respeito a uma matriz curricular voltada para uma formação universitária e profissional de base mais técnico-científica, sobrepondo-se à fase clássico-humanística. Enquanto parte de uma das habilitações da Comunicação Social, as faculdades de Jornalismo começaram a implantar os jornais-laboratórios como forma de aliar a teoria à prática e assim propiciar ao aluno o conhecer, em parte, a realidade do exercício da profissão.

Nas faculdades [de jornalismo], os professores buscam oferecer por meio de disciplinas e das atividades laboratoriais, conhecimento do mundo e das redações suficiente para formar profissionais aptos a exercer dignamente a profissão. (SOUZA, 2006, s/p).

Para a nossa pesquisa, investigamos um jornal-laboratório em específico, já que somos professores do curso e passamos a nos interessar pelo funcionamento dessa ferramenta didático-pedagógica. O jornal-laboratório *Matéria Prima*, doravante *MP*, faz parte do currículo dos estudantes de Jornalismo do CESUMAR – Centro Universitário de Maringá – e foi implantado a serviço de uma das disciplinas de produção textual da matriz curricular.

Trata-se de jornal semanário eletrônico de responsabilidade dos alunos do 2º ano do curso<sup>3</sup>, sob orientação da professora titular da disciplina Técnica de Reportagem. Como proposta didática, os alunos precisam cumprir várias funções pertinentes à profissão (editor, repórter, entrevistador, cronista, crítico, comentarista, articulista) e são avaliados pelo desempenho nessas atividades. De acordo com o projeto do jornal, mantêm-se todas as características do meio impresso, mas a veiculação, por razões financeiras, dá-se pelo meio eletrônico, no caso, a internet<sup>4</sup>. Solução encontrada também para tornar mais ágil a produção e a circulação de cada edição semanal.

<sup>3</sup> Até 2006, com a matriz antiga do curso, o jornal era de responsabilidade dos alunos do terceiro ano do curso. Os alunos que já têm a sua formação a partir da nova matriz, com vigência a partir de 2007, passam a responder pelo jornal-laboratório no segundo ano.

<sup>4</sup> <http://www.jornalmateriaprima.com.br>

A importância do jornal laboratório se dá em consonância com o que preconiza a legislação a respeito da proibição do estágio<sup>5</sup> para alunos de jornalismo. Por isso, o *MP* é o contato que o acadêmico tem com aquilo que será a sua vida profissional. A proposta do jornal é também um diálogo com os leitores, que podem enviar comentários e sugestões sobre os textos publicados, isto é, tem-se um *feedback* que ultrapassa os limites da sala de aula e da própria instituição.

Em relação à quantidade de edições, o Jornal *MP* vai além do que é preconizado pelo MEC para os cursos de Comunicação Social. Há uma exigência mínima de oito edições/publicações experimentais, entre jornais, revistas, boletins etc., durante o curso. Só o *MP* confere aos alunos a oportunidade de trabalharem em trinta e quatro edições. Sem contar que, na matriz, ainda existem outras duas disciplinas em que os alunos produzem textos para o impresso.

De acordo com sua linha editorial, nesse caso, também pedagógica, o jornal-laboratório *MP* busca envolver os alunos na cobertura e análise de todos os temas que afetam diretamente o seu dia a dia e tenham relação com sua cidade, região, estado ou país, observando a aplicação da técnica jornalística e, ao mesmo tempo, a criticidade e o compromisso social. O Jornal procura abordar tanto assuntos locais, o que é comum a um jornal de pequeno porte e de um público-leitor ainda limitado, como também assuntos mais gerais, para poder atrair um maior número de leitores. São vários os gêneros a serviço das funções a serem exercidas no Jornal *MP*, em uma tentativa de aproximação à realidade de um jornal impresso.

Como afirmamos, nossa atenção está restrita ao gênero *crítica de mídia*. Pensamos em um gênero que tem por conteúdo temático algo ligado ao próprio exercício do jornalismo, numa espécie de procedimento metalinguístico ou metadiscursivo e dialógico, já que se trata de um gênero de texto a partir do qual o aluno tem a oportunidade de pensar o fazer jornalístico. Pelo *Dicionário da Comunicação*, a crítica é entendida como

[...] discussão fundamentada e sistemática, a respeito de determinada manifestação artística, publicada geralmente em veículos de massa (jornal, revista, livro, rádio, TV) e emitida por jornalista, professor, escritor ou por outros especialistas, em geral profissionalmente vinculados ao veículo como colaboradores regulares. (RABAÇA & BARBOSA, 1998. p. 186).

<sup>5</sup> Foi instituído, no final dos anos 70, o decreto 83.284/79. Em seu artigo 19, ficou expressamente proibido o estágio profissional dos estudantes de Jornalismo.



Diferentemente de Rabaça & Barbosa, para alguns estudiosos dos gêneros jornalísticos, como Melo, crítica de mídia ou resenha “corresponde a uma apreciação das obras de arte ou dos produtos culturais, com a finalidade de orientar a ação dos fruidores ou consumidores” (1994, p.125). Porém, a definição para o gênero que mais corresponde ao que os alunos produzem no jornal-laboratório *MP* é a formulada por Dines:

A crítica [...] é a forma que o *quarto poder* encontrou para submeter-se ao julgamento público e assim enquadrar-se como os três outros no sistema de vigilância e equilíbrio dos regimes democráticos. Ao contrário do que ocorre com os demais gêneros da crítica, especialmente os mais populares, que são os artísticos (livros, artes e espetáculos), o da imprensa não pode fixar-se nas excelências técnicas. O jornalismo não é arte para ser julgado apenas pelos aspectos estéticos. Dada a função social da imprensa, os aspectos éticos e políticos são mais relevantes. (DINES, *apud* MELO, 1994, p.135).

Aliás, foi Alberto Dines, segundo Gentilli (2006), quem implantou a crítica de mídia, como espaço no jornal, nos meados da década de 1970. Mesmo que sua coluna tenha tido vida breve (1975-1977), Dines voltou a ter espaço dominical, na *Folha de S.Paulo*, a partir de 1989, ano em que o jornal cria a figura do ombudsman<sup>6</sup>. Entre 1977 e 1996, o jornalista escreveu suas críticas de mídia no Pasquim, na revista Imprensa e em outros veículos. De acordo com Gentilli:

O ensino profissional [...] ainda era essencialmente reprodutor das formas tradicionais de ensino de jornalismo, praticamente sem qualquer visão crítica. O jornalismo ainda não estava acostumado a conviver com a crítica. E o ensino de jornalismo, igualmente tinha dificuldades de ousar, de tentar caminhos diferentes, de experimentar. E quando o fazia, a tendência a cair no experimentalismo vazio era enorme. (GENTILLI, 2006, s/p).

O poder de vigiar da crítica de mídia pode ser reconhecido pela própria denominação que alguns jornalistas e estudiosos deram ao gênero: o *quinto poder*. A reboque de Alberto Dines, consideramos a crítica de mídia um gênero mais limitado à formação acadêmica, com pouca frequência nos jornais impressos que circulam em diferentes âmbitos, mas que tem sua

---

<sup>6</sup> A *Folha de S.Paulo* foi o primeiro jornal brasileiro a adotar a função. Trata-se do “representante dos interesses do leitor na estrutura do jornal” e “que faz uma crítica aos meios de comunicação, particularmente do desempenho do próprio jornal”. (In: *Folha de S.Paulo*. Manual de Redação. São Paulo: Publifolha, 2005, p. 114.



importância por justamente se caracterizar como a oportunidade de o aluno-jornalista colocar em prática alguma reflexão sobre o exercício profissional na divulgação da informação e na emissão de opinião acerca dos fatos do cotidiano.

Em Moura, encontramos a informação de que o gênero tem sua circulação quase restrita ao meio acadêmico. Trata-se de um produto desenvolvido dentro das universidades, por manterem “uma distância segura das pressões do mercado, o que permite exercer uma crítica técnica e aprofundada, isentando-se de submissões comerciais” (2005). A presença do gênero na universidade deve ultrapassar o que preconizam os planos de ensino das disciplinas para a formação do jornalista, no que diz respeito aos gêneros jornalísticos. Um gênero como a crítica de mídia deve ter sua presença justificada por um processo sistemático de diálogo entre a própria crítica e os fundamentos e conceitos estudados nas diferentes disciplinas. Afinal, o aluno está se formando para o exercício da profissão, e colocará em prática, se possível, os conceitos adquiridos. Para Gentili (*apud* MOURA), a crítica de mídia tem seu valor pedagógico se for capaz de levar o aluno a uma reflexão da atividade jornalística, “se [...] vier acompanhada de uma nova maneira de praticar o jornalismo”, caso contrário, “torna-se algo extemporâneo e desligado da realidade profissional” (2005, s/p). A *crítica*, no nosso entendimento, passa a ser o gênero motivador para que o jornalista, em formação, participe de maneira mais efetiva das discussões sobre os limites éticos do exercício profissional. A ponte entre o que o aluno vê no curso e o que encontrará no mercado.

No *MP*, a *crítica*, baseada no aprendizado dos alunos sobre a técnica jornalística, é o único texto que não traz a identificação do autor. Isso se deve ao fato de que em cidades de pequeno e médio porte uma crítica à mídia pode não ser bem absorvida pelos veículos de imprensa. O receio de que acadêmicos pudessem sofrer qualquer tipo de represália promoveu a modificação do gênero já existente no rol de textos ensináveis, como apontamos acima, normalmente utilizado para a abordagem de assuntos de ordem cultural, literária, artística em geral, nos jornais impressos. Outro motivo para essa (re)criação do gênero é que ele é resultado de sugestão de alunos para que tivessem no *MP* um meio de colocar em prática o conhecimento adquirido em determinadas disciplinas, sobretudo naquelas que abordam ética, comportamento, desempenho profissional etc. Trata-se, portanto, de conteúdo que expressa a opinião do grupo, voltado exclusivamente à análise do comportamento da imprensa (impresso, TV, rádio e internet) diante dos vários processos que originam a cobertura jornalística.

#### 4. Crítica de mídia e dialogismo: as reações-resposta em situação concreta de produção textual acadêmica

Para o enriquecimento da discussão em foco, recorremos a uma situação concreta de interação com futuros jornalistas e jornalistas em serviço. Trata-se de um episódio que teve alguma repercussão no meio acadêmico, suscitando comentários entre alunos envolvidos, diretamente ou não, de professores do curso de Jornalismo, de cujo corpo docente fazemos parte, e de até pessoas da comunidade externa à instituição de ensino.

A crítica em questão foi publicada pelo *MP* em sua edição de nº 228, compreendendo a semana de 21 a 27 de outubro de 2007, utilizando como alvo reportagens dos dias 3 a 5 do mesmo mês, veiculadas em um jornal de circulação em Maringá e região. A resposta de um dos diretores do jornal foi publicada no *MP*, na edição da semana seguinte. Até um blog de jornalista teve seu espaço ocupado pela polêmica.

Com a crítica de mídia intitulada *Jornal esquece o "outro lado" da notícia*, os alunos responsáveis por aquela edição do *MP* afirmaram que o jornal não respeitou um dos princípios básicos da cobertura jornalística, o de “ouvir mais de uma fonte”. Segundo a crítica, “o que ocorre é que alguns profissionais e alguns veículos de comunicação se ‘esquecem’ desses ‘detalhes’ tão importantes”. Fica evidente a preocupação dos alunos em dialogar com o que aprendem na sua formação quanto à ética jornalística, em uma espécie de convergência de vozes (a dos professores, dos teóricos, dos profissionais da área com quem tomam contato etc.) que ressoam nos enunciados da crítica. Na perspectiva adotada, há uma reação-resposta por parte dos acadêmicos ao que lhes é ensinado durante o curso. No processo de interlocução, na leitura dos enunciados do jornal, em reportagens veiculadas em dias distintos, coube uma atitude responsiva ativa a partir da crítica de mídia. Destacamos, primeiramente, alguns dos enunciados que formam a crítica de mídia do *MP*:

Um dos grandes objetivos do jornalista é mostrar o fato, o acontecimento, procurando ser sempre imparcial. O que aprendemos durante todo o curso de jornalismo é que as fontes devem ser checadas quanto à legitimidade das informações concedidas e que a verdade deve ser sempre o ponto norteador do nosso trabalho. Nesse contexto, ouvir todos os lados de um mesmo fato e ter mais de uma fonte de informação sobre determinado assunto é fundamental para se conseguir uma boa reportagem.

Analisando as edições dos dias 3,4 e 5 de outubro deste ano do jornal, pode-se perceber que várias reportagens publicadas pelo veículo não buscam verificar o ‘o outro lado’ da notícia, muitas vezes nem se dão ao trabalho de entrevistar mais de uma fonte, apresentando os fatos apenas sob um ângulo. O que acontece é que essas reportagens acabam não informando. Ao contrário, muitas vezes, desinformam e confundem os leitores. (In: *Matéria Prima*, edição nº 228, “Jornal esquece o ‘outro lado’ da notícia”).

Nesse processo dialógico, um dos diretores do jornal, na edição seguinte do jornal-laboratório, responde à crítica dos alunos. Considerando o mesmo princípio adotado pelos alunos, no que diz respeito a ouvir mais de uma fonte, o diretor fez questão de ressaltar que o veículo, em normas internas, sempre procura adotar a prática de ouvir todas as versões possíveis sobre um mesmo episódio. Porém, rechaçou a atitude dos alunos de não terem buscado ouvir o próprio jornal sobre as reportagens que foram objeto das críticas. Como reação-resposta, coube, por parte do diretor, chamar a atenção para o mesmo princípio condenado pelos alunos.

[O jornal] concorda integralmente com a necessidade de os veículos de comunicação adotarem com rigor a prática de ouvir o outro lado ou todos os lados da notícia e gostaria de afirmar que contempla obrigatoriamente esse princípio ético em todas as suas matérias.

[o jornal] lamenta que princípio tão valoroso para a sua Redação, sobre o qual, repita-se, assina embaixo e não abre mão, tenha sido equivocadamente utilizado para atacar os conceitos do jornalismo que praticamos.

Em se tratando de estudantes de jornalismo tão motivados em pegar falhas do jornal, cabe perguntar para que reflitam enquanto é tempo, antes de se lançarem na prática do ofício que é de fato espinhoso: não se enquadraram nos critérios de "ouvir o outro lado" procurar o jornal para que se pudesse confrontar as hipóteses com os fatos? Não interessou aos autores, sob o ponto de vista acadêmico e na condição de futuros profissionais, saber as razões do jornal enquanto protagonista das observações que fizeram? (In: *Matéria Prima*, edição nº 229).

Aos enunciados até então veiculados pela crítica de mídia, gênero a serviço dos alunos-jornalistas, e pela reação-resposta do diretor do jornal, sucederam-se outros, para alimentar mais ainda a polêmica. Tais enunciados estimularam dialogicamente que outros interlocutores se

pronunciassem sobre a crítica do *MP*. Um jornalista local, em seu blog<sup>7</sup>, saiu em defesa do diretor do jornal, também se apoiando no mesmo princípio defendido: o da necessidade de ouvir as fontes. O profissional afirmou que:

O *Matéria Prima* é um jornal de estudantes de jornalismo e há pouco trouxe uma matéria em que criticam um jornal por “não ouvir o outro lado”. Duas reportagens foram colocadas como exemplo. O que achei interessante é que o diretor de conteúdo do jornal respondeu hoje às críticas. E respondeu de forma contundente: para fazer a matéria, o *MP* ignorou uma regra básica de jornalismo e cometeu o mesmo erro que aponta, pois simplesmente não ouviu “o outro lado”, ou seja, o veículo.

Ao comentário do jornalista, seguiram-se alguns enunciados de internautas sobre o episódio. Nessa relação interlocutiva, houve uma opinião quase consensual de que tanto o diretor do jornal, em sua resposta à crítica de mídia, quanto o jornalista, no comentário em seu blog, esqueceram-se de que a crítica, por ser um gênero de caráter opinativo, não precisa ouvir todos os lados envolvidos. A busca pela fonte de informação e por ouvir os lados envolvidos nos fatos é quase que norma no exercício profissional e geralmente utilizada para gêneros de caráter informativo como a notícia e a reportagem. Quando se trata de opinião, o autor do texto ou o veículo de comunicação não precisa cumprir essa exigência. Portanto, gêneros discursivos como editorial, coluna, crônica e artigo de opinião levam juízos de valor aos interlocutores sem a preocupação de terem ouvido os lados envolvidos, o que não isenta os agentes-produtores dos textos de zelarem pela ética jornalística. Seguem abaixo as reações-resposta de leitores do blog, sem modificações, apenas omitindo o nome do jornal e suprimindo palavras de baixo calão.

Saio em defesa do *Matéria Prima*, pois já escrevi pra ele. É certo que foi um grande deslize. Mas, sou mais bater nas fuça de um jornal onde trabalham jornalistas formados do que num jornal feito por acadêmicos. Afinal de contas, só aprende quem erra. [O jornal] erra todo dia e nunca aprende! (comentário de anônimo postado no blog)

Desde quando se faz cruzamento de fontes em crítica de mídia? Não concordo com a resposta do jornal. Alguns jornalistas da cidade precisam aprender a rever seus conceitos. (idem)

<sup>7</sup> <http://angelorigon.blospot.com>, em 22/10/2007.

Quem lê o *Matéria Prima* sabe que a crítica de mídia é uma editoria opinativa e que não faz cruzamento de fontes, afinal crítica o que é publicado/veiculado. (idem)

Não é preciso fazer jornalismo para saber o que é uma crítica. E para saber que crítica não precisa de fonte, nem cruzamento de informações, isso é óbvio para qualquer pessoa que leia um jornal de vez em quando. O diretor de conteúdo do jornal e o próprio dono desse blog se equivocaram ao dizer que o *MP* precisava fazer cruzamento de informações, logo, não houve erro nenhum por parte dos alunos de jornalismo. Além disso, não precisa procurar muito para encontrar erro no citado jornal, não é mesmo? (idem)

Crítica é crítica. É um OPINATIVO é não INFORMATIVO. Antes de falar, se não sabe, procure no Google o conceito de crítica.

Coincidência ou não, as reações-resposta acima convergem para uma mesma opinião. Poderíamos até trabalhar com algumas hipóteses de quem seriam esses interlocutores: alguns dos alunos-jornalistas envolvidos; ex-alunos, que passaram a acompanhar o *MP* na condição de leitores mais críticos; ou até mesmo outros leitores, já habituados a acompanhar o jornal com alguma frequência. Os enunciados possuem marcas de um discurso acadêmico para um gênero que não é muito conhecido por leitores leigos, ou até mesmo para alguns jornalistas, uma vez que, como apontamos acima, a crítica de mídia não é algo comum fora das paredes das salas de aula do curso de jornalismo. Só mesmo nos grandes jornais, com a figura do ombudsman, é que há uma espécie de vigia do trabalho jornalístico.

### Considerações finais

Quando ainda nas palavras iniciais do presente trabalho, referimo-nos à concepção de linguagem de Bakhtin como aporte teórico, mais especificamente a um dos seus principais postulados, o dialogismo, já tínhamos em mente a ideia de que os enunciados não necessariamente convivem em harmonia, numa espécie de consenso. Pelo contrário, os enunciados destacados nas relações dialógicas estabelecidas pela crítica de mídia e as reações-reposta que a ela se sucederam são prova de que há um espaço de tensão, de conflito entre as diferentes vozes sociais e discursivas.

O gênero discursivo *crítica de mídia*, cumprindo o papel de avaliadora dos meios de comunicação, traz uma co-ocorrência e concorrência de enunciados constituídos dialogicamente

desde o momento em que analisa a prática do jornalismo, nos seus aspectos não meramente técnicos, mas, sobretudo, éticos e políticos. Acreditamos que é no retorno desses enunciados aos alunos, que esses vão se apropriando mais ainda das características do próprio gênero e reconhecendo seu papel social no campo do jornalismo.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- DI FANTI, M. G. C. **A linguagem em Bakhtin: pontos e pespontos**. Revista Veredas, Juiz de Fora, v. 7, nº1 e nº2, p. 95-111. Jan/dez, 2003.
- FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2006.
- GENTILLI, V. **Crítica de mídia como atividade pedagógica: a dificuldade da implantação; a realidade hoje**. Disponível em <<http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/64edicao>>. Publicado em: 2006. Acesso em 14/01/2007)
- MATÉRIA PRIMA, edições 228 e 229. Disponível em <<http://www.jornalmateriaprima.com.br>>
- MELO, J. M. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MOURA, A. **Crítica de mídia: Quem não deve, não teme!** Disponível em <<http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/49edicao/reportagem.htm>> (acesso em 14/01/2007)
- RABAÇA, C. A & BARBOSA, G. **Dicionário da Comunicação**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1998.
- SOUZA, C.M. **Crítica de mídia e ensino de Jornalismo: uma relação necessária**. Disponível em <<http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/64edicao>>. Publicado em: 2006. Acesso em 14/01/2007)